REFLEXÃO

O AGRO REQUER COMUNICAÇÃO UNIFICADA

MARCELLO BRITO

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



TODA DISCUSSÃO a respeito dos principais temas relacionados com o agronegócio passa, hoje, por um processo em que a percepção se sobrepõe à realidade. Prova disso é o debate sobre o registro de defensivos agrícolas pelos órgãos competentes. Quem é do ramo ou da comunidade científica entende que se trata de um processo de atualização das moléculas e que isso significa modernizar a oferta de insumos à disposição dos produtores rurais brasileiros. Além disso, trata-se de um instrumento vital para o País seguir competitivo no cenário internacional, pois representa menos riscos de contaminação, uma vez que envolve produtos com tecnologias mais modernas.

No entanto, quando se vê o noticiário sobre a agilização das análises para reduzir a fila de produtos à espera de aprovação, ele não reflete essa realidade. E, então, se tem uma percepção absolutamente negativa, como se toda a cadeia produtiva do agronegócio estivesse, deliberadamente, disposta a colocar em risco a saúde dos consumidores. Sem nenhuma dúvida, tem-se, aqui, um domínio da percepção diferente da realidade, num esquema que pode ser denominado de desinformação bombardeada diariamente, como bem lembrou a ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, na sua fala no nosso Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), promovido no início de agosto último.

O mesmo ocorre em relação a outros temas importantes na pauta do agro, como a questão do desmatamento. Nela, o posicionamento do setor precisa ser inequívoco: devemos ser os primeiros a denunciar e deixar claro que é inadmissível o desmatamento ilegal. Não há negociação: temos de combater a criminalidade, e desmatamento ilegal é crime. O que acontece, na prática, é que nem sempre as informações divulgadas pelos diferentes agentes do agro refletem essa posição de forma veemente. Com isso, acaba prevalecendo uma percepção negativa, de que o produtor rural é conivente com essa prática delituosa.

Nesse aspecto, a análise predominante no nosso CBA foi a de que todos os elos do agro necessitam afinar sua comunicação, não deixando margem para interpretações errôneas ou capciosas a respeito de temas nevrálgicos. É inadmissível que o agronegócio seja bombardeado diariamente, aqui e no exterior, em decorrência da desinformação. Precisamos de discursos centrados, mais pautados em Ciência e dados concretos e menos em engajamento ideológico.

A unificação do nosso discurso serve, também, para, mais uma vez, comprovar que a estrutura produtiva brasileira é absolutamente sustentável nos seus aspectos social, econômico e ambiental. Acreditamos que a sustentabilidade é totalmente favorável ao Brasil e à sua agricultura. Ela insere um novo padrão mundial e dissolve a dicotomia de que ou há conservação, ou há produção. Hoje, o Brasil prova ao mundo que é possível ter produção e conservação, com rentabilidade para o negócio.

Tanto na agricultura, quanto na pecuária, o País tem, hoje, uma infinidade de exemplos de atividade sustentável, que concilia negócio com preservação. No nosso caso, além das práticas preservacionistas empregadas por agricultores e pecuaristas, temos, ainda, o crescente uso do sistema produtivo que concilia agricultura, pecuária e produção de madeira, a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), modelo de manejo este que já atinge cerca de 11 milhões de hectares e que se mostra como uma nova quebra de paradigma produtivo do País. ■

Os produtores e demais participantes do setor devem ser os primeiros a denunciar e deixar claro que o desmatamento ilegal é inadmissível.